

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PELOS PROFESSORES NAS AULAS REMOTAS ¹

Viviane Ferreira de Souza²

Maria Fernanda dos Santos Alencar³

RESUMO:

No presente artigo nos propomos a compreender, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, quais as percepções dos professores sobre a realização das aulas remotas em um contexto pandêmico, no atual modelo de educação proposto mediante aulas que solicitam interações de maneira virtual. Evidenciamos que a fundamentação teórica deste trabalho toma corpo através dos seguintes autores: para a EJA: Strelhow (2010) Machado (2016) e Saraiva (2020). Nossa pesquisa é de caráter qualitativa Minayo (2002), com análise de conteúdo e uso da entrevista de tipo estruturada Lazarrin, (2017). Quanto aos resultados obtidos neste trabalho, consideramos que as respostas dos professores demonstram ressignificação em suas estratégias de ensino. Observamos a readaptação a novas reformulações neste período pandêmico nos momentos de aulas em formatos físicos e virtuais, apresentando desdobramentos para novos formatos de ensino, com a finalidade de exercerem sua profissão utilizando plataformas digitais visando o processo de ensino e aprendizagem em conjunto com a escola.

Palavras-chave: EJA; ensino remoto; estratégias docentes.

Data de Aprovação: 27 de Agosto de 2021

1 INTRODUÇÃO

Pensada enquanto política social, a educação inicia seu alicerce no século XX com discussões que a colocam como um direito social, político e civil para a pessoa humana. Assim, mais do que um direito comum a todas as pessoas, a educação passa a ser considerada como o primeiro deles, porque é a partir dela que se torna possível usufruir outros direitos indispensáveis à condição humana (MACHADO; OLIVEIRA, 2001).

Enquanto direitos indispensáveis para a condição humana, destacamos principalmente os que se referem a educação de qualidade, moradia, alimentação, saúde e segurança pública. Esses são fundamentais para que os cidadãos tenham oportunidades concretas de vivenciar

¹ Artigo submetido para fins de avaliação – Trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia(UFPE/CAA).

² Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico do Agreste. E-mail: viviane.ferreirasouza@ufpe.br

³ Professora orientadora. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia (UFPE/CAA).

suas subjetividades de maneira democrática e efetiva na sociedade. Sem a efetivação desses direitos torna-se mais difícil garantir que pessoas que se encontrem em estado de vulnerabilidade social se mantenham no ambiente escolar.

Em seus variados formatos, a educação promove aos sujeitos que dela participam características que se adéquem aos vários públicos que a mesma atende. A característica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) propõe em sua finalidade atender ao público de jovens e adultos que, por ausência de políticas públicas, não tiveram garantido o direito indispensável no que diz respeito ao acesso e permanência à educação e dessa forma não conseguiram concluir seus estudos.

O mundo desde março de 2020 se depara com um cenário de incertezas, são notícias transmitidas através dos veículos de comunicação como jornais, televisões e internet sobre um novo vírus, o Covid-19, também conhecido como coronavírus. Este circula com alto índice de transmissão e morte, gerando insegurança sobre a saúde global. Neste momento, em razão da incidência pandêmica desse vírus, vários estabelecimentos fecharam suas portas e dentre eles as escolas da educação básica e instituições de ensino superior do Brasil e do mundo.

Assim, como todos os estabelecimentos, as escolas buscaram uma readaptação e retorno de maneira remota as suas atividades de ensino visando a proteção da vida. Para tanto, foi necessária uma estrutura física doméstica adequada e condições de ferramentas tecnológicas que nem todos os professores e estudantes dispõem como, por exemplo, aparelhos celulares, computadores, plataformas de contato e para isso o acesso à internet.

Desta forma, percebe-se, por meio de pesquisas realizadas e publicadas, consequências desvantajosas à educação pública de maneira geral. Com a EJA não é diferente, considerando que esta política se destina a jovens e adultos que não conseguiram concluir seus estudos no tempo determinado pelo estado, conforme Resolução CNE/CEB n.º 3, de 15 de junho de 2010 e viverem muitos em situação de vulnerabilidade econômica e social sem acesso a determinados bens materiais necessários a realidade como a posta pela pandemia do Covid-19.

Com as escolas fechadas, a comunidade escolar buscou novos rumos para sua organização, novos arranjos necessários a atender as suas funções sociais em exigência a continuidade das atividades, exigindo do sistema de ensino, dos coordenadores pedagógicos, gestores escolares, estudantes e dos professores, principalmente, novas aprendizagens, estratégias pedagógicas e fazeres docentes que pudessem possibilitar o desenvolvimento do conhecimento, sem prejuízo da aprendizagem para os estudantes.

É nesse contexto atual, em momentos de paralisação determinada pelo governo chamada de *lockdown*⁴ que os encontros presenciais são substituídos por momentos virtuais de interação ou execução de atividades, denominada de aula remota. Esse momento de aulas remotas, através das plataformas digitais, reivindica dos professores novas demandas e aprendizagens, e nesse contexto estão os professores da EJA.

Como citado, esta realidade pandêmica trouxe consequências a vida social, cultural e econômica do país, mas de forma específica ao campo em que estamos discutindo, a educação. Ela tem colocado sobre os professores uma grande responsabilidade e cobrança, considerando que formados para atuação presencial, não desenvolveram conhecimentos, competências e habilidades para a atuação em espaço online e nem têm as ferramentas tecnológicas educacionais, como notebook, computadores ou mesmo uma internet de qualidade e ainda espaços domésticos adequados para essa finalidade.

Essa nova realidade tem suscitado interesses acadêmicos em pesquisar sobre quais estratégias os professores estão desenvolvendo para se adequar, dar conta de suas funções docentes e atender ao papel social da escola. Assim, surgem interesses em saber como está a 1) organização de aulas remotas em atendimento as exigências do Sistema de Ensino para efetivação do currículo escolar; 2) o trabalho com os conteúdos escolares; 3) efetivação da carga horária relativa aos componentes curriculares; e 4) o processo de avaliação da aprendizagem.

Os professores da EJA, em detrimento de sua especificidade e do público com que trabalham já abarcam, no percurso das aulas presenciais, várias dificuldades e necessidades de atendimento as demandas dos estudantes e as suas ausências de condições de manuseio de materiais didático-pedagógicos, exigindo dos professores uma presença mais efetiva.

Neste contexto, percebemos que é necessário que esta discussão seja aprofundada por trabalhos acadêmicos no sentido de compreender a respeito do modelo virtual de ensino, suas dificuldades e o docente como responsável, no ambiente doméstico, transformando-o em ambiente de sala de aula, para efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da EJA. É neste sentido que surge o interesse de pesquisar sobre as estratégias dos professores da EJA para as aulas remotas.

Esclarecemos que o interesse em pesquisar as estratégias desenvolvidas pelos professores da Educação de Jovens e Adultos quanto à organização de aulas remotas em um

⁴*Lockdow* significa Confinamento. Consiste em restringir a circulação da população em lugares públicos, permitindo apenas, e de forma limitada, para questões essenciais, como ir a farmácias, supermercados ou hospitais. O descumprimento dessa regra pode acarretar multas e em toque de recolher, dependendo do governo local (DASA, 2021).

contexto de pandemia surge a partir das experiências pessoais com a aproximação e identificação com a área durante o meu processo de formação superior; considerando, principalmente, o estudo de textos e do debate em torno do fazer docente e da estrutura da modalidade EJA nas redes de ensino durante a realização da disciplina de Educação de Jovens e Adultos, vivenciada no contexto da graduação no semestre remoto 2020.1, por meio de aulas remotas síncronas e assíncronas, no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA).

Diante do exposto, nossa questão central se propõe a saber: quais estratégias foram desenvolvidas pelos(as) professores(as) da EJA para as aulas remotas no período de pandemia? Nesse sentido, como objetivo geral, nos propomos a analisar as estratégias desenvolvidas pelos professores de EJA nas aulas remotas no período de pandemia. Enquanto objetivos específicos, buscamos: conhecer os docentes que atuam na EJA; identificar como os professores desenvolvem suas aulas remotas e compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores de EJA nas aulas remotas.

Caracterizamos que o tema deste artigo se refere a nossa atualidade e evidenciamos que a temática em questão se tornar relevante socialmente uma vez que aborda o momento em que vivemos, fazendo-se presente no ambiente escolar, seja ele físico ou virtual.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HISTÓRIA DE LUTA POR DIREITO À EDUCAÇÃO.

A luta pelos direitos educacionais exerce um papel fundamental na história, uma vez que há lacunas existentes em nosso sistema educacional. Estas omissões presentes no sistema educacional ao qual nos referimos diz respeito a diversos fatores como os baixos índices de escolarização da população brasileira, altos índices de analfabetismo no nosso país, dificuldade no acesso e permanência na escola pública e outros fatores que afetam não só a área da educação, mas podem implicar diretamente na vida do cidadão em outras áreas fundamentais como a inserção no mercado de trabalho, por exemplo.

A oferta da educação é um direito que deve ser garantido a todos os brasileiros pois a nossa Constituição Federal, apresenta em seu Art. 208 que:

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Ou seja, é dever do estado que seja efetivada a garantia da educação dos estudantes brasileiros a partir dos 4 anos de idade, bem como assegurar a oferta de forma gratuita a esses indivíduos. Em questão, ressaltamos que a garantia do acesso à educação pública não é equivalente à garantia da permanência destes sujeitos na escola onde são inseridos. Salientamos isso porque em decorrência da falta de uma efetivação concreta de políticas públicas em nosso país que possam ajudar na continuidade de crianças e jovens na escola, a evasão escolar, segundo o Site Rede Brasil Atual, são de “4 milhões de estudantes” ou seja, esses “abandonaram a escola no ano de 2020” (BOHRER, 2021).

Nesta perspectiva, compreendemos que, para além das dificuldades já existentes em um momento anterior a pandemia, seja ele por uma demanda estrutural no nosso país, a evasão escolar aumenta porque a estrutura do ensino remoto, que exige necessidades e ferramentas tecnológicas, não permite a inserção de muitos na sala de aula, afetando os estudantes da EJA.

Ao falarmos sobre a EJA, a compreendemos enquanto uma política educacional na qual reconhecemos que está atrelada a luta pelo direito à educação. Esta política tem por objetivo a efetivação do exercício da cidadania dos sujeitos que dela participam através da formação educacional, agindo assim enquanto função equalizadora na sociedade, uma vez que no Brasil há uma carência relevante no que diz respeito a garantia de direitos como a EJA, no ingresso e na permanência do estudante da educação pública na escola.

A EJA “atende a um público específico que por múltiplas razões tiveram seus direitos à educação negados, e fora do tempo considerado correto voltam as instituições para concluir seus estudos, com intenção frequente de ascensão social” (SIQUEIRA, 2019, p.40). Este atendimento visa garantir que, para além de formar e/ou alfabetizar, é necessário que os estudantes que dele fazem parte possam ter conhecimentos para exercerem sua cidadania através da formação básica, inserção no mercado de trabalho e participação efetiva na comunidade.

A política pública da EJA, em alguns pontos, diferencia-se de outros programas de formação de adultos existentes no Brasil, como por exemplo, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA)⁵ e o Acelera Brasil, pois a sua finalidade é a escolarização das etapas da educação

⁵**Programa Brasil Alfabetizado (PBA)**² O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando. **Acelera Brasil**³ O programa advém de uma iniciativa privada fornecida pelo instituto Ayrton Senna, e por meio do apoio às secretarias de educação no campo da gestão e da formação integral de educadores, o Acelera Brasil

básica – ensino fundamental e médio, pautando-se na “necessidade de uma prática voltada para a conscientização do educando acerca da realidade social em que está inserido e, por conseguinte, a promoção de um processo de emancipação voltado para a efetivação da cidadania” (GOMES e TONIOSSO, p.317 – 2019)

As conquistas sociais alcançadas no que diz respeito a EJA foram estabelecidas através das lutas sociais enfrentadas pela classe educacional em prol da busca por uma educação de qualidade para todos. Por muitas vezes, o público de jovens e adultos que não conseguiram sua formação na educação básica no tempo determinado pelo estado, encontram-se a margem da sociedade devido à falta de escolarização básica e estão submetidos a trabalhos informais em condições precárias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996 possibilitou a modalidade e política pública da EJA. Assim, “foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos” (STRELHOW, 2010).

Podemos considerar que, até os dias atuais, esta política pública de ensino foi submetida, ao longo do tempo, a processos de adaptação e reafirmação para exercer de fato a garantia de direitos aos sujeitos que dela necessitam na educação. Para Machado (2016, p. 431) é necessário compreendermos a EJA como uma “educação garantida como política pública de Estado, pois essa é a única alternativa possível para que os trabalhadores e as trabalhadoras deem prosseguimento a seus estudos” (MACHADO, 2016, p. 431).

A EJA tem um papel importante na sociedade que é o da formação crítica preparando para a plena participação na sociedade, pois, “na EJA, não cabe outra senão a perspectiva de uma escola emancipatória, que considera o conhecimento como um dos componentes fundantes da consciência crítica” (MACHADO, 2016, p. 432). Para essa autora, essa concepção só pode ser consolidada no chão da sala de aula, ancorada a uma perspectiva de ensino emancipatório visando formar sujeitos pensantes do mundo e no mundo.

A garantia do processo histórico perpassado pela EJA deve levar em consideração a carência estrutural que bloqueia o desenvolvimento de estudantes e professores da EJA. Esta carência está relacionada a vários fatores que extrapolam o ambiente escolar, como o caso da garantia dos direitos básicos como alimentação, moradia, saúde dentre outros. Sem a garantia

promove a recuperação da aprendizagem de alunos com distorção idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Ao participarem da proposta, os alunos aprendem o suficiente para saltar até dois anos escolares, ao mesmo tempo em que resgatam sua autoestima e desenvolvem outros aspectos socioemocionais.

desses, não há condições da inserção ou da continuidade no ambiente escolar porque a necessidade da sobrevivência contribui para que haja o abandono a escola e, em consequência, aumenta a evasão por falta desta garantia.

Quando nos referimos a esses fatores, estamos colocando em pauta que em tempos sem pandemia já eram reais esses desafios e carências vividas pelo público da EJA. Após o período de pandemia, esses desafios e carências crescem, considerando as altas taxas de desemprego e estagnação da economia no país. Ademais há mais um desafio lançado na educação do nosso país: ensino remoto para todos os níveis de ensino, inclusive na EJA.

O acesso à educação de maneira remota implica-nos questões básicas como por exemplo pensarmos a estrutura necessária para que os professores e os estudantes possam acessar plataformas digitais com conexão estável e nela desenvolver suas aulas de forma remota, garantido que o estudante tenha apoio e aprendizagem neste processo. Porém, antes disso temos muitos limites estruturais como citamos anteriormente à serem alcançados e, neste cenário, compreendemos que a pandemia lançou um desafio a mais para a educação brasileira.

Tanto para os professores quanto para os estudantes, a educação precisa ser concebida enquanto um direito. Neste sentido, se o Estado não estabelece a garantia desse direito, as dificuldades de permanência e índices de evasão escolar consequentemente tendem a aumentar.

3 A EJA, A PANDEMIA E AS AULAS REMOTAS: O CENÁRIO E OS DESAFIOS EM PERNAMBUCO

A política pública da EJA toma corpo no Brasil e se aprimora visando a expansão dessa modalidade no nosso país. Em Pernambuco (PE), não é diferente, o estado dispõe de um documento oficial intitulado ‘Diretrizes Operacionais para a oferta da Educação de Jovens e Adultos’ publicado no ano de 2016 pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Este documento visa apresentar os aspectos que compõem a visão e o currículo da EJA no estado. Inicialmente, na sua apresentação, o documento informa que o governo de Pernambuco.

Reconhece o histórico desafio existente para garantir uma educação de qualidade social pautada na perspectiva da reparação, da equidade, da inclusão e da formação ao longo da vida para aqueles(as) que tiveram sua trajetória escolar interrompida. Por isso, e em consonância com a Lei Federal nº 9.394/1996, visa-se promover e assegurar a Educação de Jovens e Adultos para além da alfabetização instrumental ou funcional, considerando a realidade local e suas peculiaridades

(situação econômica, perfil de aprendizagem, faixa etária etc.) (PERNAMBUCO, 2016. p.11).

Porém, é necessário saber se essas afirmativas se consolidam na prática, se de fato o governo do estado se propõe a garantir uma educação de qualidade assegurando e garantindo a permanência desses sujeitos participantes da política pública de EJA considerando os aspectos citados acima. É possível percebermos no documento a preocupação com o atendimento específico, considerando a pluralidade que envolve a identidade dos sujeitos da EJA.

Assim, se voltam ao atendimento com o olhar para o ensino fundamental e médio, nas penitenciárias, no Campo, na educação escolar indígena, na educação escolar quilombola, em espaços urbanos e na articulação com a educação profissional (PERNAMBUCO, 2016). A política de EJA da Secretaria de Educação de Pernambuco é acolhida por municípios de PE quando não há ainda uma política e sistema educacional própria, ancoram-se neste documento sob a perspectiva do atendimento a modalidade EJA.

Conforme as Diretrizes Operacionais para a oferta da Educação de Jovens e Adultos, a EJA é implementada no estado de PE visando um planejamento de formação escolar básica nas etapas da educação fundamental e do ensino médio; entretanto é válido considerarmos que ela exerce disputa de lugar no que diz respeito as políticas públicas educacionais com o fortalecimento de políticas de cunho neoliberais voltadas para a área da educação visando o atendimento às necessidades do mercado. Os estudantes da EJA são aqueles que muitas vezes voltam as escolas para permanecer em condições de disputa no campo do trabalho e essa situação tanto o trazem de volta à escola como também implica nas condições de acesso e de permanência por causa das desigualdades sociais a que os estudantes já estão submetidos (HOLANDA; ALENCAR, 2018).

De maneira universal, a pandemia causada pelo COVID-19 modificou o cenário educacional em todo o país, desestabilizou uma estrutura educacional já fragilizada antes de sua existência por fatores estruturais e socioeconômicos. E em Pernambuco não seria diferente.

Desta forma entendeu-se que as escolas deveriam permanecer com suas atividades de maneira remota, saída encontrada pela sociedade para dar continuidade a atividades que exigiam a presença física em encontros, reuniões, aulas e eventos. Este modelo remoto gerou um impacto no que diz respeito à aprendizagem educacional dos estudantes, bem como exigiu dos profissionais da educação uma adaptação para o ensino neste novo modelo.

Segundo Saraiva (2020, p. 6) deve-se compreender que “o tempo escolar é um tempo de performatividade e não pode ser desperdiçado sob ameaça de que não se cumpram determinadas metas”, ou seja, o modelo de aulas remotas vem a contribuir para o momento de fragilidade social onde o contato físico em muitas instituições ainda não é possível. Porém, este modelo implica em uma estrutura ainda não alcançada a todos os alunos e inclusive professores que também não são familiarizados ou não foram devidamente preparados para momentos como estes em sua formação inicial.

Há um cenário de desafios que são impostos para a efetivação deste modelo de aula, considerando que os espaços informais se tornam salas de aulas, como os lares de alunos e professores que se transformam neste ambiente. Na EJA, as atividades remotas acabam por impor mais um desafio, pois a medida que os alunos não estão em contato com outros estudantes, seus colegas e professores no ambiente escolar, a mediação de aula exige mais do professor que precisa buscar meios de interação de maneira virtual para envolver a turma em busca de uma aprendizagem significativa e participação da turma nas aulas remotas.

Este desafio exige dos professores da EJA diferentes estratégias que possibilitem a mediação pedagógica em meio ao novo formato de aulas e que tenham mais acesso a conteúdos e formações que estejam vinculadas ao processo de ensino remoto

4 METODOLOGIA

Caracterizamos a presente pesquisa como de caráter qualitativo porque

Se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21).

Este tipo de pesquisa é fundamental para uma compreensão de conceitos e ações mais próximas da realidade uma vez que este tipo de pesquisa caminha na direção de compreender os significados que são atribuídos ao campo de pesquisa, neste caso o campo da educação.

Caracterizamos também a mesma enquanto uma pesquisa de natureza exploratória, pois segundo Gil (2002, p.41) “[...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade e a ocorrência dos fatores a serem pesquisados.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista estruturada, por ser “[...] realizada através de perguntas previamente elaboradas, que deverão ser lidas para o entrevistado (quando o entrevistador estiver presente) ou que o entrevistado deverá ler e responder por escrito (no caso de ausência do entrevistador)” (LAZARRIN, 2017, p. 22).

Ressaltamos que a atual situação em que a sociedade vivencia devido às restrições impostas pela pandemia do Covid-19, não foi possível a realização da entrevista estruturada de maneira presencial. Desta forma, foi realizada sem a presença da pesquisadora, via plataforma de Entrevistas Google em formato de formulário, contendo quinze perguntas, dentre elas estão questões fechadas e abertas para livre resposta, ou complemento de informações pelos sujeitos questionados.

Assim, o formulário Google foi encaminhado a professores do município de Caruaru (Agreste de Pernambuco) e a professores dos municípios de Afogados da Ingazeira e Araripina (Sertão de Pernambuco). Para o envio aos professores da EJA contamos com a contribuição da Secretaria de Educação de Caruaru, através da coordenação da Educação de Jovens e Adultos e da Gerência de Políticas Educacionais da Educação do Campo (GEPEC), da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Neste processo de coleta de dados, obtivemos um retorno de 39 professores. O processo de entrevista durou 8 dias, iniciando em 2 de julho/2021, após período de recesso, por meio de mensagem virtual enviada pelas Coordenação da EJA /Caruaru e GEPEC, para onde enviamos o link do formulário Google. Após este processo de encaminhamento virtual, analisamos os retornos para estudo das categorias de análise através das respostas dos professores para esta pesquisa.

Como citamos anteriormente, obtivemos um total de 39 respostas, considerando este número um percentual de 100% para análise dos nossos retornos. Inicialmente, em nosso questionário, perguntamos, após texto introdutório, com nossa identificação e finalidades da pesquisa, se era de concordância dos professores contribuírem com a nossa pesquisa. A partir das respostas, ou seja, as afirmativas: “SIM, eu aceito participar desta pesquisa” ou “NÃO, eu não aceito participar desta pesquisa”, na primeira seção do Formulário da entrevista, o sistema Google permitiria prosseguir para as demais seções/questões.

Dos 39 respondentes, 1 respondeu que “NÃO, eu não aceito participar desta pesquisa”, e 38 “SIM, eu aceito participar desta pesquisa”, alcançando um percentual de 97,4%, de professores que aceitaram participar da nossa pesquisa. Neste sentido, a análise dos dados será das respostas dos 38 professores.

A entrevista estruturada foi dividida em seções que indicavam a análise de conteúdo por análise temática, conforme orienta Bardin (2016, p.200) “Entre as diferentes

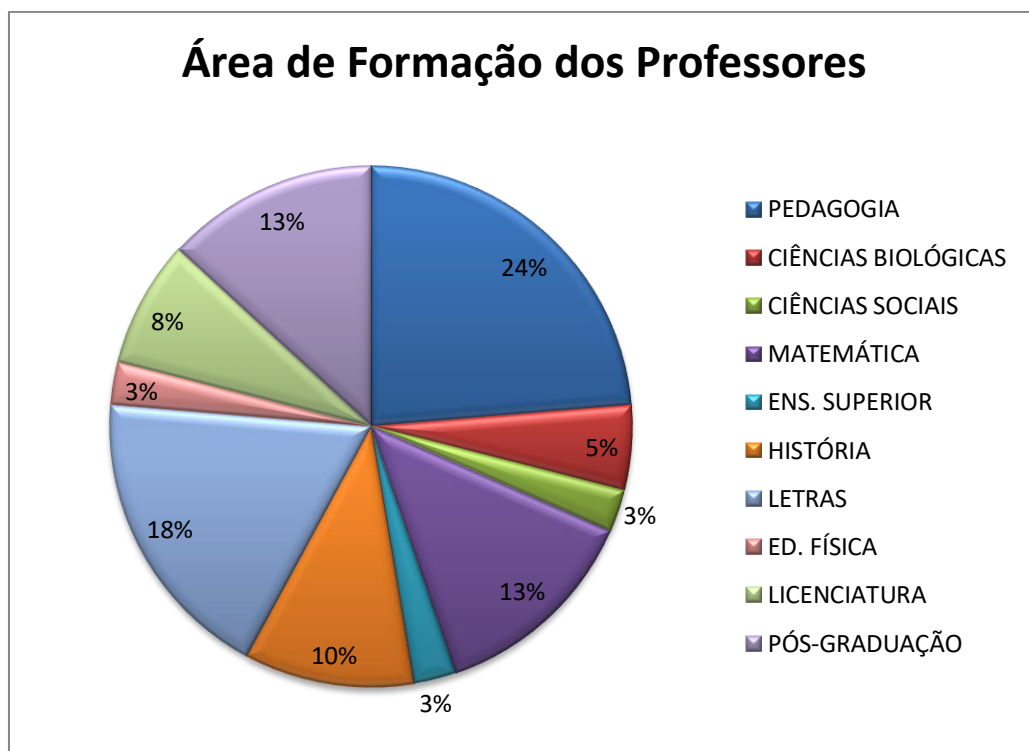
possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é mais rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) ou simples”. Ou seja, foram previamente indicadas em cada seção do formulário Google as categorias temáticas a serem analisadas e a partir delas elaboradas as questões.

Assim, a Seção 2: ‘Perfil do(a) Docente da EJA’ foi estruturada no sentido de se conhecer quem eram os professores entrevistados que atuavam na EJA. Essa foi compreendida uma categoria necessária para que pudéssemos conhecer o perfil dos sujeitos da pesquisa para a sua descrição.

As Seções 3 e 4 encaminhavam para os nossos objetivos específicos 2 e 3. A Seção 3 determinou a categoria temática: ‘Atuação na EJA no período de Pandemia e Formação Docente’. Nesta seção pretende-se alcançar o objetivo 2. identificar como os professores desenvolveram suas aulas remotas. E a Seção 4 estruturou a categoria temática, denominada de ‘Estratégias, Dificuldades e Experiências para o Ensino nas Aulas Remotas de Turmas de EJA’, busca-se nesta o atendimento ao objetivo 3. compreender as estratégias e dificuldades enfrentadas pelos professores de EJA nas aulas remotas.

Os resultados da Seção 2 - ‘Perfil do(a) Docente da EJA’, trazemos neste item porque nos apresenta os sujeitos da pesquisa - os professores da EJA. Por meio das respostas, verificamos que tivemos professores com faixa de idade entre os 23 aos 62 anos de idade. São formados em diversas áreas da educação, atuando também em fases diversificadas da EJA. Estes dados exemplificamos nos gráficos a seguir.

Gráfico 1. Área de Formação dos Professores



Fonte: Formulário Google.

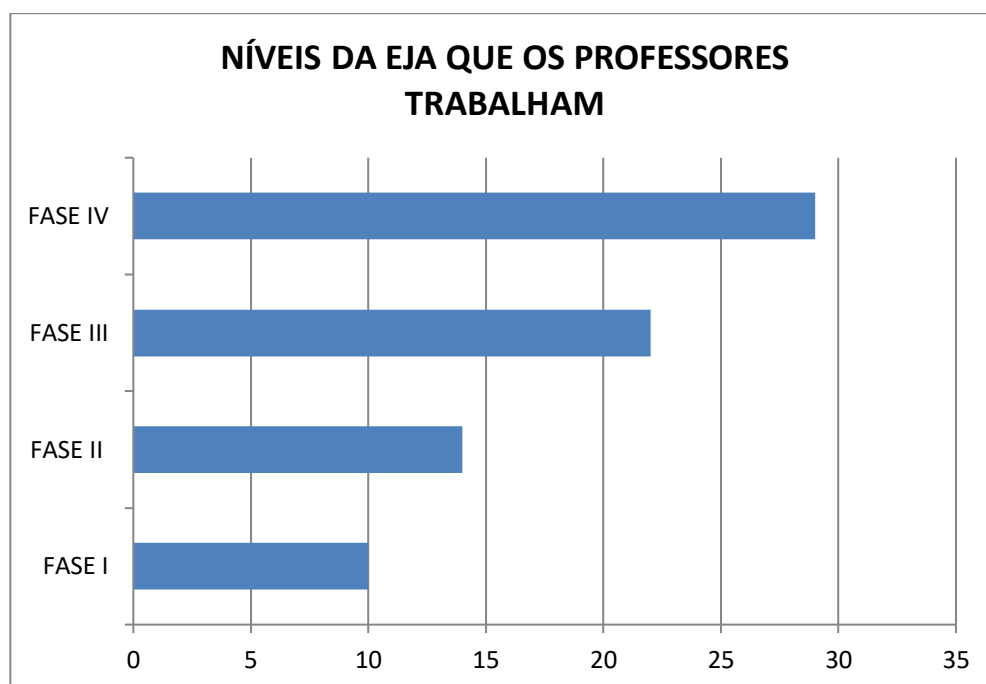
Ao utilizarmos a descrição dos professores acerca de sua formação acadêmica e separarmos por categorias, percebemos que a maior parte dos professores é da área de Pedagogia (24%), em Letras 18%, sequencialmente estão os professores licenciados em matemática com o percentual 13%, há o mesmo percentual para a categoria de pós-graduação. Estão também presentes, representando 10%, professores formados na área de história. Os demais classificam-se nas áreas de Licenciatura (8%), sem especificar em qual das licenciaturas. Encontramos também professores com formação em Ciências Biológicas (5%), Educação Física, Ensino Superior, sem também especificar qual a área de formação, e Ciências Sociais; estes últimos representam 3%. Diante dessa representação, verificamos que na Educação de Jovens e Adultos atuam professores das diversas licenciaturas. Por isso há a necessidade de os cursos de licenciaturas terem, para o processo de formação inicial docente, em suas matrizes curriculares, o componente curricular Educação de Jovens e Adultos.

Conforme Gráfico 2, tivemos professores que atuam nas fases⁶ I, II, III e IV da EJA. Essas fases correspondem ao conhecimentos/conteúdos equivalentes da etapa do Ensino

⁶ Em nossas pesquisas identificamos que alguns sistemas de ensino no Brasil fazem uso da denominação etapas em vez de fases. Assim fica Etapa 1 – do 1º ao 5º ano, Etapa 2- do 6º ao 9º, concluindo também em 2 anos, conforme informação do site Educa Mais Brasil. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/etapas-do-eja-o-que-sao-e-como-funcionam>. Ou ainda módulos. Entretanto, a Resolução do CNE/CEB nº 06/2010 denomina de segmento, isto é, 1º segmento para os anos iniciais do ensino fundamental e 2º segmento para os anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2010). Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5061-

Fundamental, que vai do 1º ao 9º, destinadas a estudantes a partir de 15 anos. Cada fase traz uma equivalência com os conhecimentos/conteúdos do ensino fundamental. Ou seja, as das fases I e II equivalem as do ensino fundamental- anos iniciais, as fases III e IV as do ensino fundamental- anos finais. Neste sentido, os estudantes da EJA-ensino fundamental podem concluí-la em 2 (dois) anos (BRASIL, 2010).

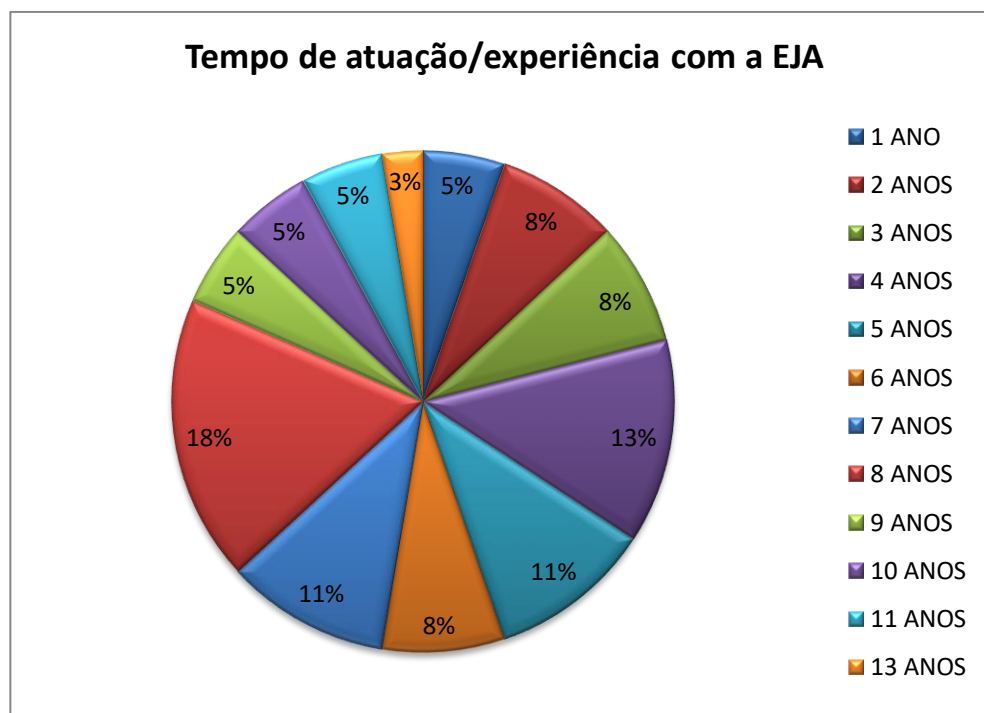
Gráfico: Níveis da EJA que os professores trabalham.



Fonte: Formulário Google.

Em relação ao tempo de atuação, Gráfico 3, os dados apontam que os professores têm experiência no campo da EJA entre 1 a 13 anos, e a maior parte deles desenvolvem suas atividades docentes na EJA há mais de 3 anos. Os professores com maior experiência na EJA a partir de 3 anos determinam o percentual de 87%; os 13% restantes estão na faixa de 1 a 2 anos de experiência com a Educação de Jovens e Adultos.

Gráfico 3: Tempo de atuação/experiência com a EJA.



Fonte: Formulário Google

Conseguimos identificar através das respostas que os professores que representam 13% no gráfico anterior (professores de 1 a 2 anos de experiência na EJA) iniciaram suas atividades neste campo durante o período de pandemia pois esta teve início no ano de 2020 em março, ou seja, os 87% restante dos professores atuantes da EJA precisaram adaptar-se ao novo modelo de ensino remoto. Enquanto dado obtido nesta pesquisa, identificamos que todos os professores afirmaram trabalhar com modelo de aula remota durante o período de pandemia. As análises acerca das respostas abertas dos questionários serão apresentadas nas categorias de análise a seguir.

5 AS ESTRATÉGIAS DA EJA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O FAZER DOCENTE DOS PROFESSORES DE CARUARU

5.1 O fazer docente da EJA em tempo de pandemia: estratégias desenvolvidas

Este tópico trabalha os dados extraídos das entrevistas visando atender ao objetivo 2: identificar como os professores desenvolveram suas aulas remotas. Assim, por meio das narrativas apresentadas pelos professores, situamos as estratégias desenvolvidas pelos mesmos.

É importante situarmos que, inicialmente, ao anúncio da pandemia com o fechamento dos estabelecimentos em geral e instituições como escolas, por exemplo, houve a necessidade da tomada de medidas de reorganização estrutural à distância. Desta forma, tanto os professores quanto os estudantes precisaram ter uma nova concepção sobre o desenvolvimento das aulas, visando a necessidade de um ensino que ocorreria de maneira remota para que fosse possível dar continuidade aos estudos dos alunos.

Sendo assim, a EJA insere-se neste debate com este novo olhar voltado ao ensino remoto. Neste contexto, considerando as diversas dificuldades que esta modalidade já enfrentava com o ensino presencial, as aulas remotas vão exigir dos professores e dos estudantes novos esforços para que se efetive a continuidade dos estudos. Neste ponto, analisamos as estratégias utilizadas pelos professores para que esse objetivo seja efetivado.

Aos questionarmos aos professores sobre o desenvolvimento de suas estratégias para as aulas remotas, identificamos várias formas de trabalhar. Identificamos por meio das respostas dos professores que não houve imposição ou obrigatoriedade, de forma unilateral, para que o desenvolvimento das aulas estivesse preso/atrelado a uma única plataforma.

A plataforma mais citada pelos professores para suas aulas foram o Google Meets, WhatsApp e a atividade impressa como estratégia para o trabalho dos conteúdos e manutenção do contato com o estudante. Conforme os professores, as atividades impressas tanto eram entregues em suas residências por eles ou pelas coordenações de EJA, no caso das turmas sob a responsabilidade da GEPEC, como também os estudantes iam buscá-las na escola. Essa prática era desenvolvida uma vez por semana na escola. “Trabalhamos com aulas on-line pelos aplicativos Meet, WhatsApp e material impresso” relata uma das professoras participantes da nossa pesquisa, porém, neste quesito essa foi uma resposta constante dentre as outras falas que analisamos.

Dentre as estratégias identificamos também que a maior parte dos professores demonstra preocupação com o contato mais direto com os estudantes. Informam que para que esse contato fosse efetivado fizeram uso das seguintes estratégias: chamadas de vídeo individuais e criações de grupos na plataforma do WhatsApp. Desta forma, buscava-se um contato mais próximo com os estudantes e a turma, possibilitando o atendimento de dúvidas e questionamentos em grupo ou individualmente.

Por meio das respostas dos professores da EJA, observamos que procuraram, com as estratégias possíveis, manter o processo ensino e aprendizagens com os estudantes. Houve dificuldades como anunciam no Eixo temático abaixo, mas buscaram, conforme disseram, fazer adaptações para a efetivação das aulas remotas, de maneiras

diversificadas através de plataformas digitais e atividades presenciais, buscando formatos que garantissem ambas partes o distanciamento social sem que se deixasse a busca pela aprendizagem de lado, procurando também evitar o distanciamento.

5.2 A aula remota dos professores de EJA: dificuldades enfrentadas

Com o objetivo de compreender as dificuldades que foram enfrentadas pelos professores de EJA nas aulas remotas, através da nossa entrevista, entendemos que apesar dos esforços realizados pelas Secretarias de Educação do município de Caruaru e do Estado de Pernambuco e do empenho dos professores em readaptar-se para dar continuidade ao ensino de maneira remota, existiram dificuldades concretas que impediram o avanço em alguns sentidos.

Dentre essas dificuldades, segundo os professores, estão dificuldades estruturais e pessoais. Em relação aos alunos, apresentam como uma das mais frequentes a ausência de estrutura para acesso à internet de qualidade ou acesso a aparelhos eletrônicos como celulares, computadores ou tablets, onde pudessem acompanhar as aulas remotas. Uma das professoras relata em relação as aulas remotas que “por ser algo novo, as dificuldades e o uso adequado dos meios tecnológicos e disponibilidade de internet para os educandos” acaba tornando uma dificuldade que prejudica o processo.

O trabalho com os conteúdos escolares e como administrá-los junto com os estudantes, já que não tinham as ferramentas adequadas para aulas online, também foram outros pontos relatados dentro das dificuldades estruturais. Para eles, os conteúdos de certa forma foram limitados, pois, ao serem surpreendidos com o COVID-19, as necessidades de readaptação para o desenvolvimento das atividades de ensino foram automaticamente exigidas.

As limitações segundo os professores também dizem respeito aos formatos de entrega das atividades não remotas, pois durante o período de aulas remotas havia a necessidade de entregas em domicílio de atividades impressas uma vez por semana aos alunos. Esta professora relata que “estradas ruins em período do inverno, deslocamento de moto e o porta a porta é mais demorado para a conclusão das atividades”.

Enquanto dificuldades pessoais por parte dos professores podemos citar dentre elas que a mudança no formato de ensino carrega em si responsabilidades singulares, pois as metodologias não foram exatamente iguais nas escolas, nas turmas e nos encontros das entregas do material impresso.

A presença não física do educador para o acompanhamento e desenvolvimento das atividades foi posta como uma dificuldade frequente porque a sala de aula é um ambiente de

aproximação e de confiança, e diante das aulas remotas da EJA "não estar na sala de aula, onde professor e aluno dão o melhor de si" prejudica o contato para tirar as dúvidas porque os olhares entre os colegas .

A partir das falas dos professores conseguimos entender que dificuldades pessoais existiram quando o formato de ensino remoto exige do professor deslocamento do seu local de trabalho para entrega de atividades impressas porta a porta, trabalhar os conteúdos, o contato mais direto para tirar dúvidas e promover a aprendizagem. São situações que envolvem procedimentos de escuta e de sensibilidades de pessoas envolvidas em situações de vulnerabilidades emocionais em decorrência do cotidiano e da nova realidade posta.

Quanto as experiências proporcionadas aos professores, esses a avaliam com opiniões divididas, considerando boas e ruins as experiências com as aulas remotas durante o período pandêmico.

A maior parte dos professores consideram sua experiência com esse modelo de ensino difícil e ao mesmo tempo gratificante como vemos na fala de uma professora: "difícil, porém gratificante pela acolhida do professor nesse momento difícil e apesar das dificuldades continuam perseverantes". Já outro docente cita que há dificuldades principalmente "devido à falta de acesso à tecnologia e a internet não ter chegado a comunidades rurais" por exemplo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as percepções enunciadas pelos professores demonstram que as estratégias desenvolvidas pelos docentes passaram por um processo de resignificação. Os professores buscaram se readaptar neste período pandêmico quando transformaram os momentos de aulas físicas em aulas remotas.

Observamos dentre as dificuldades apresentadas a busca de estratégias para garantir a continuidade do processo aos estudantes. Neste sentido, apontamos a evolução dos profissionais, buscando se desdobrar para ensinar os conteúdos trabalhados pessoalmente em formato remoto. Este formato permitiu a garantia da continuidade do ensino. De outra, caso os professores não tivessem feito uso da estratégia de entrega de material impresso poderia ter afastado estudantes que não tinham aparelhos eletrônicos como celulares, tablets e computadores, ou não conseguiam utilizar estas ferramentas para comunicar-se com os professores.

Salientamos a importância desse desdobramento porque buscou manter a permanência dos estudantes, fazendo com que a aprendizagem, mesmo com as dificuldades apresentadas não fosse interrompida ou suspensa.

Diante dos resultados desse trabalho salientamos a necessidade das formações iniciais e continuadas de professores da Educação de Jovens e Adultos constarem estratégias diversas para o atendimento as especificidades dos estudantes. Foi verificado que no período de pandemia como o que estamos passando torna-se essencial a criatividade, o compromisso e a compreensão da EJA como uma politica publica educacional em atendimento aos estudantes que retornam a escola que, são acima de tudo, cidadãos de direito e a educação é um direito constitucional como apontamos na fundamentação teórica do nosso trabalho.

Neste sentido, termos nos cursos de formação inicial de professores disciplinas de EJA e termos nas secretarias de educação o compromisso com a formação continuada é de suma importância porque a formação possibilita refletir, compreender e repensar processos no atendimento a uma escolarização que atenda aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, principalmente em tempos de crise estruturais e emocionais, como está sendo o período da pandemia do Covid-19.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurece. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antônio Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOHRER, Larissa. Evasão escolar: Brasil pode levar três anos para recuperar déficit educativo. 2021 Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/02/evasao-escolar-brasil-pandemia>>. Acesso em: 29/06/2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> . Acesso em: 05/06/2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.06/2010**. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5061-parecercne-seb6-2010&Itemid=30192#:~:text=O%20CNE%20relembra%20as%20Diretrizes,mesmas%20idades%20m%C3%ADnimas%20para%20a. Acesso em 05/08/2021.

DASA. **Lockdown durante e pandemia do Corona Vírus: o que é e quais países adotaram**. 2021 Disponível em: <https://dasa.com.br/blog/coronavirus/lockdown-coronavirus-significado/> . Acesso em: 29/06/2021

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, Stefani Tamires Alves Ribeiro; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos Alencar. **Estudantes da EJA e o Protagonismo Escolar: vozes e marcas da exclusão em busca de vida e cidadania**. (Trabalho de Conclusão de Curso). 2018. Universidade Federal de Pernambuco. Centro Acadêmico do Agreste.

LAZARRIN, Luís Fernando. **Pesquisa em Educação**. [recurso eletrônico]. Santa Maria. RS: UFSM, NTE, UAB, 2017. 1 e-book. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15782/Licenciatura_Educacao_Especial_Pesquisa_em_educacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 05/05/2021.

MACHADO, Lourdes Marcelino; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Direito à educação e legislação de ensino. In: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (org.). **O estado da arte em política e gestão de educação no Brasil – 1991-1997**. Brasília: ANPAE e Campinas: Autores Associados, 2001.

MINAYO, MCS. **Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. CienSaudeColet, 2012.

GOMES, Raissa Campos; TONIOSSO, José Pedro. Paulo Freire e educação libertadora: percepções de docentes da educação de jovens e adultos de um município do interior de São Paulo. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, 6 (1): 315-335, 2019.

SARAIVA, Karla, TRAVESSINI, Clarice; LOCKMANN Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020 Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 05/07/2021.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR**. On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, mar.21. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em 30/05/2021.



Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Licenciatura em Pedagogia



Avaliação Final de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Defesa realizada por videoconferência

Aluna: _____
Viviane Ferreira de Souza

Título do Trabalho: A Educação de Jovens e Adultos no Período de Pandemia da Covid-19: uma análise das estratégias desenvolvidas pelos professores nas aulas remotas.

Monografia () Artigo Científico (X)

Data da defesa: 27 de agosto de 2021

Orientadora: _____
Profa. Maria Fernanda dos Santos Alencar

Nota: 10,0 (DEZ)

Avaliadora 1: _____
Profa. Cinthya Torres Melo

Nota: 10,0 (DEZ)

Avaliador 2: _____
Prof. Marcos Antônio Soares da Silva

Nota: 10,0 (DEZ)

Nota final: 10,0 (DEZ)

Aprovado (X) Aprovado com correções () Não aprovado ()

Comentários (caso necessário): _____

